



AS DEMANDAS PATRONAIS POR TRABALHADORES EM RECIFE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX¹

Ramon de Oliveira*
Adriana Maria Paulo da Silva**

* Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.
E-mail: ramono@elogica.com.br.

** Doutora em História. Professora do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.
E-mail: adrianampsilva@gmail.com.

Recebido para publicação em: 24.08.2012
Aprovado em: 06.06.2013

Resumo

Tendo como fontes documentação disponível no acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano, na Fundação Joaquim Nabuco, explicitam-se as demandas patronais em meados do século XIX e argumenta-se que, embora fosse comum a exigência do conhecimento prático, do saber fazer nos momentos de contratação de mão-de-obra, outros critérios também sobressaíam, deixando em segundo plano essa exigência. Conclui-se que embora não houvesse por parte do patronato nenhum tipo de cobrança de certificação para a contratação de trabalhadores, sempre se estabeleceram critérios para esse recrutamento, mesmo que pudessem não se relacionar às atividades a serem desenvolvidas.

Palavras-chave: Qualificação profissional. Recife. Século XIX. História da Educação.

Abstract

The employer's demands for workers in Recife, in the second half of the 19th century. With the available documentation sources in the Jordão Emerenciano Public File, at Joaquim Nabuco Foundation, the employers' demands in the mid-19th century are shown here, and it is argued that, although it was common to require practical knowledge, the know-how, in times of hiring labor, other criteria were also prominent, leaving this requirement in the background. It is concluded that although there were no kind of certification requirement for hiring workers, some criteria was always established for this recruitment, even though they may not relate to the activities to be developed.

Keywords: Professional qualification. Recife. 19th Century. Education History.

Resumen

Las demandas patronales por trabajadores en Recife en la segunda mitad del seiglo xix. Teniendo como fuentes documentación disponible en el acervo del Archivo Público Jordão Emerenciano, en la Fundación Joaquim Nabuco, se explicitan las demandas de los empleadores en la mitad del siglo XIX y se argumenta que, aunque era muy común la exigencia del conocimiento práctico, del saber hacer en los momentos de contratación laboral, otros criterios también se sobresalían, dejando en segundo plano este requisito. Se concluye que aunque no hubiera por parte del empleador ningún tipo de exigencia de certificación para la contratación de trabajadores, siempre se estableció los criterios para este reclutamiento, aunque no se pudiera relacionar a las actividades a desarrollarse.

Palabras clave: Cualificación profesional. Recife. Siglo XIX. Historia de la Educación.

Introdução

Este texto objetiva explicitar as demandas patronais em meados do século XIX e argumentar que, embora fosse comum a exigência do conhecimento prático, do saber fazer, nos momento de contratação de mão de obra, outros critérios também sobressaíam, deixando em segundo plano a exigência do conhecimento prático.

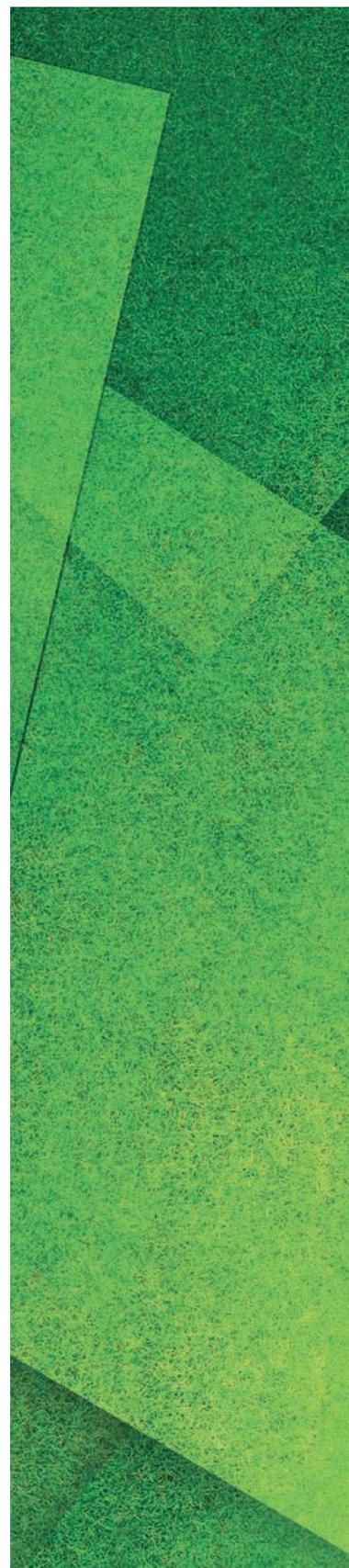
Os dados analisados são decorrentes do levantamento da documentação disponível no acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano, na Fundação Joaquim Nabuco, particularmente as edições do *Diário de Pernambuco*, em circulação desde 1825.

Em síntese, os resultados dessa investigação são provenientes, em sua maioria, da análise de anúncios de empregos e de anúncios de oferta de trabalhadores, contidos no *Diário de Pernambuco* no período de 1850 a 1889, dos códices sobre a instrução pública e documentos produzidos por entidades patronais sob a guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje) também referentes ao período de 1850 a 1889.

Considerações sobre qualificação profissional

Segundo Lima (2005), o debate sobre qualificação profissional, principalmente em função das inovações técnico-organizacionais, não é novo no desenvolvimento do capitalismo. No seu entender, o processo de mercado-rização estabelecido no capitalismo, inclusive da força de trabalho, colocou para capitalistas e trabalhadores a qualificação como um elemento central no embate classista.

O “controle/domínio” da qualificação está vinculado à invariável alienação à qual estão submetidos os trabalhadores. Para o capital, o importante é que o



A relação entre capital e trabalho se estabelece e toma contorno em uma dada realidade em função do grau de desenvolvimento das forças produtivas e do poder de organização e mobilização das classes adversárias. Nesse sentido, seria desproposital querer enxergar na segunda metade do século XIX, em Recife, um movimento de trabalhadores em defesa da qualificação profissional quando, na verdade, para a realidade brasileira, ainda distávamos de ter uma classe operária industrial, e mais sem sentido é esperar que ela estivesse organizada na defesa de seus interesses.

A população operária, embora débil, faria as primeiras tentativas de desenvolver uma ação política independente e de oposição através de alguma greve e agitações que se esboçam no fim do século XIX, só adquirindo importância real no século XX. Sua insignificância (numérica e estrutural) no quadro geral da nação e os obstáculos antepostos à sua organização, bem como a dificuldade em obter apoio de outros setores da população, reduziram a expressão dos movimentos operários de raízes essencialmente urbanas (COSTA, 1987, p. 220).

Pelos motivos acima expostos, achamos por bem não avançar no debate sobre a problemática da qualificação profissional e incorporar a este texto um debate que, para ser consistente, deve levar em consideração os movimentos de intensificação da divisão social do trabalho provocados pelo desenvolvimento capitalista, considerando nesse movimento histórico as práticas estabelecidas pelo capital objetivando universalizar-se como padrão civilizatório. Mas também a ação de trabalhadores para fazer dos espaços de qualificação e de educação locais de afirmação da autonomia das classes populares. Para nós, significa a afirmação da qualificação e da educação escolar como espaço de disputa entre as classes trabalhadoras e as elites empresariais (DELUIZ, 1996).

Recife em meados do século XIX

O fato da economia brasileira, entre outros fatores, ter sido subordinada à metrópole portuguesa e ainda manter relações escravagistas no seu interior até quase o fim do século XIX, teve implicações diretas no processo de industrialização e de produção de manufaturados, na ampliação da sua urbanização, no desenvolvimento e no perfil de sua indústria extrativista, bem como na expansão e no perfil do setor de serviços.

Nesse sentido, não podemos esquecer, como nos alerta Fonseca (1986), que desde o ano de 1785 estava imposto o fechamento de todas as fábricas na nação brasileira, exceto aquelas que tecessem algodão voltado para a produção de vestuário para os escravos. Somente em 1808 foi finalizada a proibição. Dessa forma, não é difícil reconhecer que na análise do mercado de trabalho no Brasil no século XIX é de se esperar não só uma pequena diversidade e expansão, como também a manutenção de relações ainda não “perfeitamente” capitalistas, pois embora tivesse sofrendo processo de diminuição, a utilização da mão de obra escrava ainda matinha-se viva.



Embora o processo de urbanização e de industrialização tenha se acentuado em algumas regiões do planeta, no Brasil, esse processo não ocorria em velocidade semelhante. Em relação comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos da América, a historiadora Emília Viotti da Costa (COSTA, 1987) registra que enquanto, no ano de 1848, havia nos Estados Unidos quase 123 mil manufaturas e chegando a mais de 350 mil em 1868, no Brasil, nos anos de 1870, registra-se o quantitativo de apenas 200 manufaturas. Ainda segundo a historiadora, enquanto naquele país havia um pouco mais de 31 mil milhas ferroviárias construídas, aqui no Brasil a primeira ferrovia ainda estava em construção. Esses dados evidenciam que, embora esses países apresentassem uma existência recente no conjunto das nações ocidentais, diferiam em muito em seus processos de desenvolvimento social e econômico.

A justificativa para tais diferenças poderia estar na forma como as elites vislumbraram a ampliação de suas riquezas na articulação com a utilização da mão de obra disponível. Nesse sentido, Costa (1987, p. 196) observa que “o uso da mão de obra escrava, a autossuficiência de latifúndio, o baixo padrão de vida do trabalhador livre” atuaram como elementos que não só retringiram o crescimento do mercado interno, como também o aumento do número das manufaturas.

Tal característica do desenvolvimento econômico brasileiro no período colonial não é algo definido apenas pela sua relação de subordinação à metrópole portuguesa, o que poderia ser entendido pela proibição do funcionamento de manufaturas em território brasileiro. Mesmo após a Abertura dos Portos, em 1808, como também depois de a Independência sacramentada, a realidade não se mostrou tão diferenciada, o que pode ser constatado por essa passagem da obra da historiadora paulista:

Não obstante as condições serem mais favoráveis ao processo de urbanização, a partir da Independência as linhas gerais da produção brasileira não foram alteradas. A exportação de produtos agrários continuou a base da economia. Sobreviveram o latifúndio e o trabalho escravo (abolido apenas em 1888). A alta lucratividade da empresa agrária, exportadora, o caráter limitado do comércio interno, a competição estrangeira inibiram o desenvolvimento das manufaturas. As elites no poder, beneficiando-se da produção agrícola, procuravam manter intacta a estrutura tradicional de produção, revelando-se pouco simpáticas às empresas industriais. Dessa forma, as condições que haviam inibido o desenvolvimento urbano no período colonial continuaram a atuar durante a primeira metade do século XIX. Por isso os viajantes que percorreram o país nessa época continuaram a observar o profundo contraste que havia entre as cidades portuárias mais movimentadas, mais modernas, mais europeizadas e os núcleos urbanos do interior que, na sua quase totalidade, viviam à margem da civilização, meras extensões das zonas rurais (COSTA, 1987, p. 201).

Para o que interessa neste trabalho, é importante destacar a partir da citação anterior que a mudança no direcionamento econômico do Império do Brasil estaria na opção interna de suas elites econômicas e políticas, bem como nas suas possibilidades concretas de ter nova participação na divisão internacional do trabalho.

Embora tenha um aumento expressivo de indústrias nacionais no fim do século XIX (COSTA, 1987), tal fato não implicou que o processo de industrialização chegasse de forma equânime a todo Império e a economia tenha modificado sua característica de agroexportadora para tornar-se uma economia predominantemente exportadora de produtos manufaturados.

No Império, estruturou-se um modelo no qual pouquíssimas regiões foram assumindo caráter de polos de industrialização e outras partes, inclusive capitais, mantiveram-se predominantemente presas às práticas ligadas ao setor primário da economia ou então tornaram-se regiões comerciais em virtude de estarem localizadas próximas a zonas portuárias.

A província de Pernambuco e a cidade do Recife enquadram-se bem nessa situação. Embora possa identificar-se que, especificamente na segunda metade do século XIX, Recife passou por melhoramentos urbanos, como a construção de estradas de ferro, colocação de lâmpões a gás nas principais ruas, melhoramentos na rede de esgoto, obras de construção de pontes ligando o Bairro de Santo Antonio ao Bairro da Boa Vista e a Rua da Aurora ao Teatro de Santa Isabel, construção do Passeio Público, do edifício da Capitania do Porto etc., e diversificou suas atividades comerciais abrigando fábricas de pequeno porte voltadas para o mercado interno e regional e pequeno comércio em geral.

Recife recebeu, neste período, grande número de imigrantes do sertão, expulsos pela secas periódicas que assolavam o sertão e interferiam na oferta de gêneros de primeira necessidade, como farinha de mandioca, feijão e toucinho, influenciando no aumento dos preços (MATTOSONO, 1978; EISENBERG, 1977). Recebeu também imigrantes vindos de outras praças e de outros países, principalmente de Portugal. Em 1872, havia 6.646 portugueses na província (EISENBERG, 1977).

Os estrangeiros, em sua maioria, portugueses, franceses e espanhóis, recebiam considerado privilégio com relação aos trabalhadores nativos por já chegarem ao país sabendo ler, escrever e contar, e até alguns conhecimentos administrativos que os tornavam diferenciados quando relacionados a trabalhadores nacionais. Esses motivos levaram os estrangeiros a serem preferidos no exercício das atividades de advogados, administradores, professores, caixeiros e guarda-livros das empresas comerciais de todo tipo. Câmara (2005) explica esse momento da sociedade pernambucana:

Era um consenso entre os plantadores da época que o trabalhador nacional livre não seria a melhor opção para substituir o braço cativo nas lavouras. Esse trabalhador era entendido pela classe senhorial como um vadio e ocioso não afeiçoado ao trabalho disciplinado. Não é à toa que pouco se cogitou pelo nacional livre quando a crise do escri-

vismo começava a bater as portas das grandes propriedades agroexportadoras do país. Fazia-se necessário suprir a mão de obra com um segmento de trabalho seguro para manter o ritmo dos serviços com regularidade durante o período de safra, período de pico da demanda de trabalho. Os imigrantes representavam essa demanda. É certo que nacionais e estrangeiros tinham características e ritmos de trabalhos distintos, baseados em valores culturais próprios de cada sociedade. Tanto no campo como na cidade, essas diferenças eram latentes, pelo menos para os patrões e empregadores (CÂMARA, 2005, p. 64).

As transformações tecnológicas e sociais ocorridas na zona açucareira com a disseminação dos engenhos a vapor, os quais, muito embora não tenham substituído os tradicionais banguês do dia para noite, impuseram modificações nas relações sociais vigentes no campo, foram também um fator de expulsão de gente para a cidade e, conseqüentemente, de produção de um estoque de mão de obra livre. Ao mesmo tempo, a disseminação desses engenhos (origens dos modernos parques usineiros) contribuiu para a criação de um mercado de novos produtos, como cal, sacaria, veículos etc.; e promoveu, por reverberação, a ampliação da produção de bens de consumo na cidade (MELO, 1977; REIS, 1977).

A respeito da composição da massa trabalhadora da cidade posteriormente ao fim do tráfico intercontinental (ocorrido em 1851) e da concorrência entre livres e escravos na ocupação dos poucos postos de trabalho disponíveis, importa ressaltar que a historiografia tem sido bastante harmônica ao afirmar que, em Pernambuco, a chamada “substituição da mão de obra servil pela mão de obra livre” foi um processo iniciado ainda durante as primeiras décadas do século XIX. Neste sentido, ao longo do período estudado, a tendência foi de aumento no quantitativo e crescente barateamento da mão de obra livre ao ponto desta ter se tornado, nos últimos anos do escravismo (marco cronológico final desta pesquisa), mais barata do que a mão de obra escrava (EISENBERG, 1977; REIS, 1977; CARVALHO, 1998).

De acordo com os dados apresentados por Carvalho (1998), em 1856, Recife contava com 40.977 habitantes, número que expressa crescimento próximo a 60% em menos de 30 anos, fato espantoso para a época. Desse total, 81,19% da população era livre (30.270 habitantes). Segundo o pesquisador, esse dado também é espantoso, aponta um crescimento de 85% dessa parcela da população entre esta contagem e a contagem anterior, datada de 1828, e aponta a manutenção do número de escravos, com leve decréscimo. Em 1828, eles foram contados em 7.935 e, em 1856, foram contados em 7.707 (CARVALHO, 1998, p. 74).

As demandas patronais: registros da imprensa pernambucana

Os dados apresentados nesta seção são provenientes de um levantamento de milhares de anúncios de oferta de empregos ou anúncios de pessoas oferecendo-se para o exercício de alguma atividade laboral, entre 1850 e 1889, na seção Avisos Diversos do Diário de Pernambuco.

A intenção inicial dessa empreitada foi identificar os critérios utilizados para efetivar a contratação dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, identificar o surgimento de requisitos mais vinculados a saberes específicos para o exercício de atividades laborais.

Após a análise dos anúncios, observamos que a maioria das ofertas de emprego referia-se a atividades de cunho doméstico, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Demandas por trabalhadores – segunda metade do século XIX

| | | | | |
|------------------------------|----------------------|-------------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|
| Acompanhante de dona de casa | Carpinteiro | Escritor de partidas dobradas | Oficiais de cigarreiro | Serventes |
| Acompanhante de idoso | Carregador | Escrituração | Oficiais de tanoeiro | Sineiro |
| Administrador de engenho | Carroceiro | Estribeiro | Oficiais maquinistas | Tecelão |
| Administrador de olaria | Censor de Colégio | Farmacêutico | Oficial de cabeleireiro | Tipógrafo |
| Advogado | Charuteiros | Feitor | Oficial de Carapina | Torneiro |
| Ajudante de cozinha | Cobrador de dívidas | Forneiro | Oficial de ferreiro | Trabalhador de armazém |
| Ajudante de guarda-livros | Cocheiro | Funileiro | Oficial de pedreiro | Trabalhador de fábrica de sabão |
| Alfaiate | Copeiro(a) | Guarda-livros | Organizador de partidas dobradas | Trabalhador para oficina de calçados |
| Amas (serviços domésticos) | Costureiras | Guardador de carros | Padeiro | Trabalhador para qualquer serviço |
| Amas de leite | Parteira | Hortaleiro | Padre para preceptor de menino | Trabalhadores de sítio |
| Amassador | Pedreiro | Jardineiro | Pajens | Trabalhadores Para Padaria |
| Amassador de Pão | Cozinheiros(as) | Lavador de cavalos | Piloto | Trabalhadores Para Plantação |
| Balanceador | Criada (o) | Lavar/Engomar roupas | Pintor | Trabalhadores Para Refinação |
| Barbeiro | Despachante | Maquinista | Professor (a) | Vendedor |
| Batedores | Destilador | Marceneiro e envernizador | Professor de Música | Vender em tabuleiro |
| Boleiro | Enfermeiro | Mestre de masseira | Quitandeiros (Vendas) | Trabalhador de fábrica de velas |
| Caixeiro | Engomadeira | Moldador | Refeitoreiro | Serrador de tábuas |
| Caldeireiro | Entregador de jornal | Motorista de carroça e canoa | Sapateiro | |
| Canoeiro | Escrevente | Oficiais de charuteiro | Serralheiro | |

Fonte: Diário de Pernambuco (1850-1889)

Por percebermos que nos anos anteriores a 1870 o processo de urbanização recifense ainda era pouco expressivo, resolvemos fazer um levantamento

restrito aos anos compreendidos entre 1870 e 1889, a fim de que possamos ter ideia mais precisa do que estava sendo requerido pelos empregadores. Constatamos que embora algumas atividades não vinculadas ao ambiente doméstico tenham começado a aparecer, as atividades de ama, ama de leite, cozinheira, engomadeira e criada foram as mais solicitadas, como pode ser constatado na Tabela 1.

Tabela 1 – Quantitativos de empregos por atividade demandadas pelos empregadores*

| Cargos | Total | Cargos | Total |
|--|-------|--------------------|-------|
| Amas (serviços domésticos) | 907 | Professor(a) | 61 |
| Escravos (serviços domésticos) | 384 | Copeiro(a) | 44 |
| Caixeiro | 248 | Engomador | 34 |
| Criados(as) | 209 | Costureiras | 24 |
| Cozinheiros(as) | 162 | Amassador | 21 |
| Amas de leite | 117 | Boleeiro | 11 |
| Feitor | 74 | Mestre de masseira | 10 |
| *Foram registrados mais 119 anúncios para 55 atividades diferentes | | | |

Fonte: Diário de Pernambuco (1870, 1876, 1881, 1882, 1885, 1889)

Outras atividades se sobressaíram no levantamento analisado, mas também sem se afastar muito do ambiente familiar, caso dos anúncios direcionados à contratação de feitores, que desenvolviam suas atividades profissionais permanecendo, na maioria das vezes, nos engenhos, nos sítios ou em algum alojamento nos arredores da casa da família contratante.

Se essas atividades foram as mais destacadas, isso não quer dizer que não encontremos dezenas de outras demandas por trabalhadores no período estudado. Muito menos podemos dizer que as ofertas por nós registradas dão conta de todas as atividades de empregos existentes na segunda metade do século XIX.

De qualquer forma, os registros obtidos deixam claro que, naquele momento, na cidade do Recife, não havia movimento de ampliação dos requisitos para o exercício das atividades profissionais. O critério para contratação baseava-se no “saber fazer” e em elementos morais, tais como a conduta e os bons costumes.

Outra profissão muito demandada no período estudado foi a de professor. Nesse caso foram encontrados muitos anúncios de empregos para professores residirem junto à família contratante, como também há muito anúncios de pessoas ofertando-se para o exercício dessa atividade:

Uma senhora de meia idade, desembaraçada, com prática há anos de ensinar primeiras letras, deseja ensinar fora da praça, ler, escrever, e

contar as quatro espécies, as primeiras noções de gramática portuguesa, cozer chão com perfeição e doutrina cristã com explicações: quem de seu préstimo se quiser utilizar, procure-a defronte a S. Pedro, loja que faz esquina para a rua do Fogo (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1851a).

Quem precisar de uma pessoa habilitada para ensinar meninos fora desta cidade, dirija-se à travessa da rua das Cruzes nº 14, segundo andar, dando conhecimento de sua conduta (Diário de Pernambuco, 1861a).

Em função dessas informações registradas acima é pertinente questionar se havia autonomia no exercício da profissão e independência com relação aos desejos e vontades do contratante.

Das atividades mais demandantes de trabalhadores, a de caixeiro pode ser aquela que, talvez, tivesse maior autonomia do trabalhador com relação à família contratante, pois desenvolveria suas atividades em local próprio para a atividade comercial.

Recife era um dos principais centros comerciais do Império e seu porto era muito requisitado. Logo, para as populações livres, o comércio abria importante oportunidade profissional.

A pesquisa revelou maior procura por trabalhadores do sexo masculino. Talvez essa maior presença decorra das ocupações demandarem algum tipo de saber obtido em lugares próprios da convivência ou frequência masculina ou por se caracterizarem pela necessária utilização da força física.

A única atividade restrita a pessoas do sexo masculino foi a de engomar. A qual, provavelmente, em função da técnica empregada, demandava uso de maior força física.

Entre as atividades registradas observamos que apenas nas ocupações de boleiro (cocheiro), moleques para entrega, canoero, distribuidor de jornal e maquinista não havia exigência de algum tipo de experiência. Em quase todas as outras atividades, em quase cem por cento dos registros, destaca-se a necessidade de ter alguma experiência.

De forma geral, pode-se constatar com base na análise dos anúncios não haver por parte dos empregadores que recorriam aos jornais uma cultura de estabelecimento de rígidas exigências no momento da contratação do trabalhador.

A exigência maior, além do saber fazer, vinculava-se a questões de ordem moral ou comportamental, uma vez que no âmbito do exercício da atividade laboral não havia muitos critérios a serem estabelecidos além da prática.

Por mais que fossem apresentados critérios mais distintos possíveis, na hora da contratação, a exigência da prática ou a capacidade de realizar a atividade com competência eram os requisitos que apareciam em boa parte dos anúncios.

Como não havia nenhuma certificação profissional para tal conhecimento, cabia aos próprios indivíduos afirmarem seu potencial de realização da incumbência demandada ou apresentarem alguma referência de algum empregador anterior.



Uma situação muito comum era aquela na qual o anúncio não obrigatoriamente fazia referência à prática, mas exigia conhecimentos ou habilidades dos empregados. O uso de termos como saber, entender, ter conhecimento, fazer com perfeição, eram muito utilizados:

Precisa-se de uma ama que saiba cozinhar, para loja de homem solteiro, e que seja de idade: na Lingueta nº 1, venda de Duarte (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1851b).

Cozinheiro: Precisa-se de um cozinheiro, livre ou escravo e que entenda de sua arte: no largo do Corpo Santo nº. 19, 1º andar (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1870a).

Uma segunda situação também comum, mas em menor número, era aquela adjetivando o profissional (bom, perfeito, excelente etc.) ou então se atribuía a ele um conhecimento incontestável (habilitado, perito etc.).

Precisa-se de um bom cozinheiro para uma casa de família estrangeira: a tratar na rua do Trapiche nº3 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1851c).

Precisa-se de um perfeito cozinheiro de boa conduta, tratar na Rua Marquês de Olinda nº. 35 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 5 de janeiro de 1880a).

Cozinheiro: Precisa-se de um escravo perito cozinheiro, que seja sadio, de bom comportamento e isento de vícios, tratar na Praça do Corpo Santo nº. 15 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1880b).

No entanto, o mais comum era exatamente fazer-se referência à prática. Destacando, às vezes, que ela deveria ser grande.

Precisa-se de um caixeiro que tenha bastante prática de ferragens e miudezas: na rua Nova nº20, se dirá quem precisa (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1851d).

Precisa-se de um caixeiro que tenha prática de taberna: a tratar na Rua do Rosário da Boa Vista nº41 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1861b).

Essas características apresentam-se também nos anúncios formulados pelos próprios trabalhadores. Ou seja, aquilo que era referência para os empregadores era também utilizado pelos trabalhadores.

Um preto forro, perito cozinheiro se oferece para cozinheiro de qualquer casa nacional ou estrangeira: quem precisar do seu serviço apareça na rua da Cruz nº4 (Diário de Pernambuco, 1861c).

Uma mulher capaz e suficiente oferece-se para ama de uma casa capaz, para lavar e engomar, ou outro qualquer serviço, menos de cozinhar, por não entender de guisados, assim como também não serve a homem solteiro, quem precisar dirija-se à rua de S. Amaro, nas lojas do sobrado de varanda de ferro (Diário de Pernambuco, 1851e).

Feitor: oferece-se um homem muito habilitado a trabalhar como feitor de engenho: a tratar na rua da Roda nº. 48 (Diário de Pernambuco, 1870b).

Predominava, como requisito fundamental para contratação, a exigência de uma vida profissional moralmente correta. Na maioria dos casos, esse requisito vinha articulado a diversas outras exigências.

Impunha-se que a pessoa pudesse dar prova de boa conduta e não existisse nada desabonador de seu comportamento, tanto na realização da atividade solicitada ou em outras atividades de trabalho como em sua vida pessoal.

No âmbito dessa situação, encontramos anúncios fazendo referência apenas à necessidade do trabalhador ter boa conduta, não se cobrando quem a afiançasse. Na mesma lógica, há os anúncios de pessoas se ofertando, bem como de donos de escravos os ofertando na forma de aluguel ou de venda, fazendo questão de registrar que eles apresentavam boa conduta. Nesse último caso, na prática, representava já uma fiança ao comportamento dessas pessoas:

Precisa-se de uma ama de leite de boa conduta, paga-se bem: na rua da Cadeia do Recife nº42, primeiro andar (Diário de Pernambuco, 1851f).

Precisa-se alugar uma ama de leite de bons costumes e que não tenha filhos: na Rua dos Guararapes nº 50, em Fora de Portas (Diário de Pernambuco, 1861d).

Ter boa conduta também podia ser sinônimo de não possuir vícios. Provavelmente significava não consumir bebida alcoólica em demasia.

Precisa-se de uma mulher para o serviço interno e externo de uma casa de pouca família, não tendo por costume embriagar-se. Paga-se bem: na rua do Cano nº 36 (Diário de Pernambuco, 1851g).

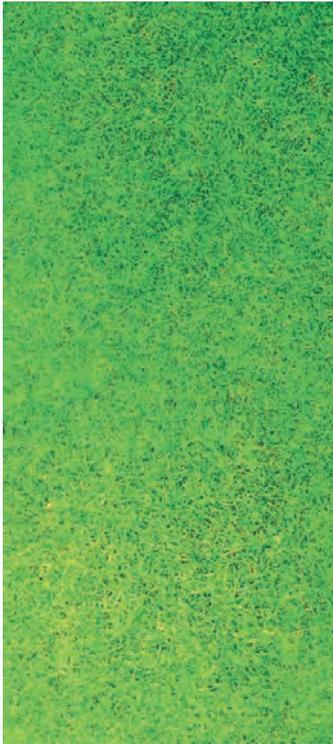
Vende-se uma escrava sem vício algum, com excelente leite para amamentar uma criança, tem uma filha com 8 meses, goza de perfeita saúde, cozinha e engoma, não com perfeição, para tratar na rua da Cruz nº 43, segundo andar (Diário de Pernambuco, 1861e).

Com relação à conduta, o mais comum era exatamente o trabalhador ter alguém afiançador de sua conduta. Tal fato era claro para aqueles que se ofertavam para uma ocupação, como pode ser visto em alguns anúncios transcritos logo a seguir.

Precisa-se de um caixeiro de idade de 14 a 16 anos, e que afiance sua conduta, se tiver prática de refinação se prefere: a tratar na Rua Direita nº. 10 (Diário de Pernambuco, 1870c).

Precisa-se de uma ama de leite para desmamar e tratar com todo cuidado uma menina, que seja pessoa capaz e dê fiador a sua conduta: quem estiver nessa circunstancia, dirija-se ao Monteiro, na casa de João Valentim Villela, ou na casa de D. Maria de Gusmão (Diário de Pernambuco, 1851h).





Precisa-se de uma cozinheira ou cozinheiro que abone sua conduta, para casa de família e que durma em casa de patrões, de frente da estação dos Aflitos, sitio (Diário de Pernambuco, 1888).

Dentre as ocupações, duas merecem destaque no referente à sua contratação. A ocupação de professor e a de ama de leite singularizam-se por critérios diferenciados com relação ao momento de contratação.

No caso da ocupação de professor, embora sejam encontrados registros de pessoas que, ao se oferecerem, afirmavam possuir alguma prática, essa parece não ser a condição principal para a contratação. O elemento diferenciador dessa ocupação relacionada às outras era exatamente o reconhecimento legal da capacidade de desenvolver aquela atividade, uma vez que já havia a certificação de capacidade profissional obtida através de exame promovido pelo poder público.

Nesse sentido, em boa quantidade dos anúncios, registra-se a informação da pessoa estar habilitada para o exercício de professor. Acreditamos que tal informação, além de registrar a posse de uma certificação pública para o exercício da atividade de ensino, procura diferenciar essa pessoa daquelas que se propunham a ensinar (aulas particulares), mas que, de fato, não tinham uma vida profissional ligada ao magistério.

Requisitos como ser casado ou ter certa idade eram estabelecidos por exigências legais e/ou como mecanismo de garantir maior segurança para o contratante e para seus familiares, em presença de uma pessoa estranha.

Em um engenho distante desta cidade 3 léguas necessita-se de um homem que tenha boa moral, e que seja casado, para servir de mestre de latim e francês a um menino, dando-se, além do ordenado que verbalmente houver de tratar-se, casa para morar e roupa lavada: quem, pois, quiser empregar-se em semelhante ocupação, anuncie sua morada para ser procurado, e tratar-se a semelhante respeito (Diário de Pernambuco, 1851i).

Um segundo caso diferenciado em relação à contratação é o das amas de leite. Se para a maioria das outras ocupações eram estabelecidos critérios relativos à prática, ao conhecimento, ao reconhecimento legal; para as amas de leite, os critérios fundamentais relacionavam-se a uma situação fisiológica e aos cuidados com sua higiene pessoal, bem como condições de saúde. Vejamos alguns:

Precisa-se de uma ama de leite, que tenha bastante saúde para criar uma menina de três meses: paga-se bem: na rua do Colégio, botica nº. 6 (Diário de Pernambuco, 1851j).

Ama de leite: quem precisar de uma boa ama de leite escrava, de boa saúde, e com filhos, dirija-se a Rua das Cruzes nº. 36, armazém de molhados, que encontrará com quem tratar (Diário de Pernambuco, 1870c).

De forma semelhante, aparecem muitos anúncios fazendo referência à qualidade e à quantidade do leite ou algum outro critério.

Ama de leite: precisa-se de uma ama que tenha bom e abundante leite: na Rua do Sebo nº. 24 (Diário de Pernambuco, 1870d).



Ama de Leite – quem precisar de uma ama com bastante leite e 10 dias de parida, procure-a no sítio de portão de ferro, na encruzilhada de Belém (Diário de Pernambuco, 1851k).

Para as atividades nas quais as pessoas permaneceriam no âmbito da família, predominava a exigência de serem pessoas idosas ou de maior idade, exce- tuando-se o caso das amas de leite, atividade que pela própria especificida- de deveria ser exercida por pessoas mais novas.

Precisa-se de uma mulher que seja idosa, para ama de uma casa de ho- mem solteiro, que saiba engomar, cozer, cozinhar, fazer doces, e todos mais arranjos com perfeição, tomando a si o cargo da casa, pois na mesma existem escravos para trabalho, e que seja de boa conduta, preferindo-se branca, e se paga generosamente, a vista de seu trabalho e zelo: na rua da Cadeia do Recife nº54 (Diário de Pernambuco, 1851l).

Precisa-se de uma pessoa para feitor de um sítio, que trabalhe, de preferência de 40 anos para cima: a tratar na rua da Cadeia do Recife nº 54 (Diário de Pernambuco, 1861f).

Precisa-se de uma ama de leite que seja nova: trata-se na rua da Cruz nº19, ou na Estância nº 10, ou anuncie para ser procurado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1851m).

Embora a atividade para caixeiro fosse predominantemente direcionada para pessoas de pouca idade, havia por parte dos empregadores certa discriminação com relação à população nativa, aparecendo em muitos anúncios a preferência por trabalhadores estrangeiros, ainda que não fosse apresentado no anúncio o motivo por tal preferência.

Caixeiro: Precisa-se de um caixeiro português e com prática de mo- lhados, na Rua das Laranjeiras nº 02 (Diário de Pernambuco, 1880c).

Precisa-se de um rapaz de 10 a 12 anos para caixeiro na Paraíba, pre- ferindo-se português: quem se achar nestas circunstâncias, dirija-se à casa de Antônio Joaquim Vital, na rua da cadeia do Recife, loja de ferragens (Diário de Pernambuco, 1851n).

Em virtude da população em Pernambuco ser predominantemente analfa- beta, acreditamos, em princípio, que tal atitude teria como explicação a possibilidade de contratar uma pessoa possuidora do domínio da leitura, da escrita e capaz de fazer contas. No entanto, encontramos mais anúncios de pessoas mostrando ter essas competências do que empregadores fazendo tal socilitação.

A presença maior de anúncios correspondentes à oferta de pessoas que sabiam ler e escrever com relação aos anúncios de empregadores nos leva a crer que eram poucos os patrões achando ser necessário essas habilidades para o desempenho da tarefa de caixeiro, muito mais importantes deveriam ser a esperteza e a honestidade. Quando o empregado apresentava tal capacidade, terminava por ser direcionado para as atividades ligadas à escrituração contábil.

A pessoa que souber bem escrever e com boa letra, querendo se incumbir numa pequena escrituração: apareça na rua da Cruz do Recife, botica de Luis Pedro das Neves, que achará com quem contratar (Diário de Pernambuco, 1851o).

Precisa-se de um menino de 12 a 14 anos de idade que seja brasileiro com boa letra para caixeiro de escritório: tratar a Rua do Crespo número 25 (Diário de Pernambuco, 1870e).

Aqueles detentores desse conhecimento já se ofertavam direcionando-se para as atividades de escrituração ou de contabilidade.

Quem precisar de um caixeiro para escrituração, sabendo falar as línguas inglesa, francesa e espanhola, aprendida em seus próprios países: anuncie a sua morada. Previne-se que não tem grande prática de comércio, porque para outros fins estudava, todavia será satisfeita qualquer comissão que lhe for incumbida (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1851p).

Uma pessoa de boa conduta que sabe bem ler, escrever, contar, gramática portuguesa, e escriturar partidas dobradas; oferece-se para qualquer escrituração, quem de seu préstimo se quiser utilizar anuncie (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1851q).

Considerações finais

Embora possamos identificar um movimento de urbanização ocorrendo na cidade do Recife, como em toda a província pernambucana, a inexistência de atividades de cunho industrial em maior escala parece ser o determinante para o perfil das profissões demandadas, bem como da oferta de trabalhadores terem em toda a segunda metade do XIX certo movimento estacionário, não sofrendo nenhum tipo de alteração de forma a poder-se identificar um momento específico no qual há modificação na demanda patronal.

Constatou-se não serem muito comuns anúncios de empregos que não estabelecessem algum tipo de critério para a contratação. Especificar se deveria ser escravo ou forro, fazer referência à idade, à condição civil, se tinha prática ou conhecimento específico, fazer referência à conduta etc., era algo que caracterizava os anúncios da época. Normalmente, se fazia pelo menos uma referência ao indivíduo, normalmente ao conhecimento, à prática. Quando não era relativa à prática, a exigência referia-se à conduta, aos bons costumes.

Especificamente com os dados analisados neste trabalho, procurou-se mostrar que, embora não houvesse por parte do patronato nenhum tipo de cobrança de certificação para a contratação de trabalhadores, em nenhum momento deixou-se de estabelecer critérios para o recrutamento.

Da mesma forma que os empregadores faziam referência a características não diretamente relacionadas à atividade a ser desenvolvida, aqueles que se ofereciam também tinham a clareza de não bastar anunciar seu conhecimento ou sua prática. Era necessário registrar alguma característica pessoal, com a qual ele precisava ou queria ser reconhecido, além do conhecimento do ofício. ■

Nota

¹Pesquisa financiada com recursos do CNPq.

Referências

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil Imperial**: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: EDUFPE, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DELUIZ, Neise. **Projetos em disputas**: empresários, trabalhadores e a formação profissional. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 19., Caxambu, 1996. Trabalho apresentado. Caxambu: Anped, 1996.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 9 maio 1851a. [Seção] Avisos Diversos, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 4 abr. 1851b. [Seção] Avisos Diversos, p. 2-3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 14 fev. 1851c. [Seção] Avisos Diversos, p. 2-3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 17 fev. 1851d. [Seção] Avisos Diversos, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 16 maio 1851e. [Seção] Avisos Diversos, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 18 jan. 1851f. [Seção] Avisos Diversos, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 2 jan. 1851g. [Seção] Avisos Diversos, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 1 fev. 1851h. [Seção] Avisos Diversos, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 18 fev. 1851i. [Seção] Avisos Diversos, p. 2-3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 16 jan. 1851j. [Seção] Avisos Diversos, p. 2-3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 22 jan. 1851k. [Seção] Avisos Diversos, p. 2-3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 24 fev. 1851l. [Seção] Avisos Diversos, p. 2-3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 23 maio 1851m. [Seção] Avisos Diversos, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 5 maio 1851n. [Seção] Avisos Diversos, p. 3-4.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 12 fev. 1851o. [Seção] Avisos Diversos, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 23 jan. 1851p. [Seção] Avisos Diversos, p. 2-3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 17 fev. 1851q. [Seção] Avisos Diversos, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 6 abr. 1861a. [Seção] Avisos Diversos, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 14 jan. 1861b. [Seção] Avisos Diversos, p. 2-3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 11 fev. 1861c. [Seção] Avisos Diversos, p. 2-3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 12 jan. 1861d. [Seção] Avisos Diversos, p. 2.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 11 abr. 1861e. [Seção] Avisos Diversos, p. 2.

- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 6 fev 1861f. [Seção] Avisos Diversos, p. 3.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 5 fev. 1870a. [Seção] Avisos Diversos, p. 2-3.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 12 fev. 1870b. [Seção] Avisos Diversos, p. 2.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 26 jan.1870c. [Seção] Avisos Diversos, p. 2.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 7 jan.1870c. [Seção] Avisos Diversos, p. 2.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 31 mar. 1870d. [Seção] Avisos Diversos, p. 2.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 26 jan.1870e. [Seção] Avisos Diversos, p. 3.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 5 jan. 1880a. [Seção] Avisos Diversos, p. 3.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 5 abr. 1880b. [Seção] Avisos Diversos, p. 3.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 3 maio 1880c. [Seção] Avisos Diversos, p. 1.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 17 jan.1888. [Seção] Avisos Diversos, p. 1.
- EINSENBURG, Peter. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 1977.
- FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Senai/DN/DPEA, 1986. v. 1.
- FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. **Breve história da formação profissional no Brasil**. São Paulo: CENAFOR, 1984.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MATTOSO, Kátia. **Bahia**: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e subdesenvolvimento**: o caso do Recife. Recife: EDUFPE, 1977.
- PARAHYM, Orlando. **Traços do Recife**: ontem e hoje. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.
- REIS, Jaime. From bangüê to usina: social aspects of growth and modernization in the sugar industry of Pernambuco, Brazil, 1850-1920. In: DUNCAN, K.; RUTLEDGE, I. (Ed.). **Land and labor in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 15. ed. São Paulo: Autores Associados, 1998.
- SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. Ser doméstica em Recife e Salvador na segunda metade do século XIX: honra e sobrevivência. **História Social**, Campinas, n. 13, p. 101-117, 2007.
- SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: EDUFPE, 2007.
- VITÓRIA, Antônia. Qualificação do trabalhador. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: NETE/UFMG, 2000. p. 272-273.